



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA**



A disputa de fronteira entre o Império Português e Espanhol e a Guerra contra Paraguai como fator determinante para consolidação da fronteira oeste no sul do Mato Grosso no pós Independência

Fagner Alves de Oliveira

Campo Grande- MS
2023

Fagner Alves de Oliveira

A disputa de fronteira entre o Império Português e Espanhol e a Guerra contra Paraguai como fator determinante para consolidação da fronteira oeste no sul do Mato Grosso no pós Independência

Trabalho de conclusão de curso apresentado para a obtenção do título de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Orientador: Prof. Cleverson Rodrigues da Silva

Campo Grande- MS
2023

SUMÁRIO

Introdução

1	A relação entre Portugal e Espanha	8
1.1	O Tratado de Tordesilhas	9
1.2	O Tratado de Madri	10
1.3	O Tratado de Santo Ildefonso	11
2	A Província de Mato Grosso no contexto das fronteiras e dos tratados entre Portugal e Espanha	13
2.1	Cuiabá e a corrida do ouro	13
2.2	Fortes e vilas	15
2.3	A navegação na bacia platina	16
2.4	O Rio Paraguai	18
2.5	O acirramento das relações entre Brasil e Paraguai	19
2.6	A invasão do Mato Grosso	21
2.7	A Tríplice Aliança	25
2.8	Consequências da guerra	26
3	Considerações Finais	29
	Referências	32

RESUMO

O processo de independência dos países da América do Sul a partir do século XIX trouxe à tona, discussões que remetiam ao período colonial, o clima de instabilidade política na região trazia tensão e a iminência de conflitos armados era constante. Entre Brasil e Paraguai, mais especificamente na região sul do Mato Grosso, os limites fronteiriços estavam indefinidos, sendo ponto de discórdia entre essas nações, a política externa expansionista do Brasil era vista com receio por parte de seus vizinhos. Solano López assumiu o poder no Paraguai e começa a participar mais ativamente no contexto político regional, as relações entre Brasil e Paraguai ficam mais tensas, culminado com a guerra que envolveu Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. Este trabalho tem o objetivo destacar os litígios fronteiriços entre Brasil e Paraguai, rememorar acontecimentos contribuíram para a eclosão do conflito e destacar a importância da Guerra contra o Paraguai na definição da fronteira no sul do Mato Grosso. Esse trabalho utilizou-se de pesquisa bibliográfica com diferentes autores, para trazer os elementos necessários para seu entendimento e dar credibilidade aos argumentos apresentados. Exposto todo o contexto que envolveu a Guerra contra o Paraguai e seus desdobramentos, fica evidente que a diplomacia não foi eficiente em fixar as fronteiras entre Brasil e Paraguai, isso só foi possível quando um dos lados foi subjugado ao término da guerra.

Palavras-chave: Brasil, Paraguai, fronteira, guerra

INTRODUÇÃO

Até meados do século XIX os países sul-americanos estavam recém conquistando sua independência em relação a Portugal e Espanha, os tratados de limites eram entre essas duas potências coloniais, as fronteiras dos novos países independentes que surgiam ainda estavam sendo definidas, entre elas a de Brasil e Paraguai, essas questões diplomáticas foram se arrastando ao longo dos anos.

Nos anos que antecederam a Guerra do Paraguai, este que foi o maior conflito bélico ocorrido na América Latina, as divergências entre Brasil e Paraguai no que concerne os limites fronteiriços sempre foram resolvidas ou deixadas para serem acertadas em um momento posterior, por meio da via diplomática.

Conforme Doratioto (2002, p. 23), “A Guerra do Paraguai foi, na verdade, resultado do processo de construção dos Estados nacionais no Rio da Prata e, ao mesmo tempo, marco nas suas consolidações”. A América do Sul vivia um momento político bastante conturbado, países como Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai buscavam maior autonomia e reconhecimento no cenário internacional como forma de consolidação de sua independência.

As relações entre Brasil e Paraguai, que eram de certa forma mais amistosas durante os primeiros anos do Paraguai como nação independente, pela postura de isolamento no governo de José Gaspar Rodríguez de Francia, com assunção de Carlos Antônio López o país começou a buscar maior participação no comércio exterior e acertar questões sensíveis como fronteiras na província do Mato Grosso e livre navegação no rio Paraguai.

A navegação através dos rios da bacia platina era de extrema importância para a região, seu isolamento era minorado pelos rios navegáveis que cortavam seu território. O rio Paraguai era a principal via de acesso ao sul do Mato Grosso, a livre navegação desse rio foi alvo de discórdia entre Brasil e Paraguai, no período da guerra seu bloqueio trouxe grandes prejuízos.

Ao assumir o poder em 1862, Francisco Solano López buscou inserir ainda mais o Paraguai no comércio exterior e desenvolver o país, para isso ele passou a defender mais agressivamente os interesses paraguaios na região. A política

externa brasileira com relação aos seus vizinhos, foi vista por López com uma possível ameaça, a intervenção brasileira no Uruguai em 1864, em apoio a Partido Colorado, destituindo os Blancos, aliados de López, foi o estopim para uma ação mais enérgica.

O aprisionamento do navio Marques de Olinda em dezembro de 1864 marcou o término de todas as tratativas diplomáticas e o início da guerra, esse conflito durou até 1870 e acabou envolvendo também a Argentina e o Uruguai que se aliaram ao Brasil para derrotar o Paraguai. Os primeiros anos do conflito foram marcados pela ofensiva do Exército Paraguai, que se preparou e utilizou-se do fator surpresa para invadir o Mato Grosso, a província mais isolada do Brasil, a província do Rio Grande do Sul e a província de Corrientes, na Argentina.

A resposta foi união entre Brasil, Argentina e Uruguai formando uma aliança que ficou conhecida com Tríplice Aliança, tanto a invasão do Rio Grande do Sul, quanto a de Corrientes foram duramente repelidas pelas tropas aliadas, as perdas humanas foram muito grandes em ambos os lados. As tropas paraguaias que ocuparam o sul do Mato Grosso, só bateram em retirada da província quando as tropas aliadas começaram a ameaçar o território paraguai.

A guerra terminou em 1870, após a morte de Solano López, o triunfo da Tríplice Aliança custou ao Paraguai a perda de parte de seu território para os países vencedores e a quase extinção da população masculina adulta. Subjugado, ao Paraguai não restou outra alternativa, a não ser aceitar as exigências dos países vitoriosos, o que para o Brasil significou a livre navegação no Rio Paraguai e o fim dos litígios fronteiriços na região oeste, anexando parte do território paraguai a então província de Mato Grosso, estabelecendo a oeste os limites definitivos tal qual conhecemos hoje.

Assim, o presente trabalho irá abordar alguns aspectos que estão no cerne dessa disputa, muito antes de Brasil e Paraguai, suas origens estão na relação entre os países ibéricos que dividiram o mundo quando do início das Grandes Navegações. As tentativas de acordos vieram na forma de diversos tratados entre os principais pontuaremos, os Tratado de Tordesilhas, o Tratado de Madri e o Tratado de Santo Ildefonso.

Esse acontecimento histórico foi muito importante para a consolidação do território brasileiro na região, mais especificamente no território que hoje abrange o estado do Mato Grosso do Sul, evidenciando sua relevância para a ocupação dessa região, que era relegada a segundo plano, fosse efetivada e sua soberania assegurada.

O presente trabalho tem por objetivo destacar os litígios fronteiriços entre Brasil e Paraguai em meados do século XIX, rememorar acontecimentos contribuíram para a eclosão do conflito e destacar a importância da Guerra do Paraguai como elemento de definição da fronteira no sul do Mato Grosso.

Este trabalho é bibliográfico por que é uma fonte recorrente na historiografia e mais abundante, a utilização dessas fontes bibliográficas é de suma importância por que dá ao trabalho maior credibilidade e possibilita analisar diferentes visões e perspectivas sobre o tema. Porém com objetivo de enriquecer ainda mais o projeto, será também realizada uma pesquisa documental, por intermédio de acervos digitais, disponíveis na internet, mesclando essas duas modalidades, sendo um ponto diferencial nesta pesquisa. A interdisciplinaridade do tema pode ser analisada na hidrografia e cartografia, campos da Geografia, que ajudam a compreender as questões dos mapas e rios envolvidos na guerra.

Seguindo uma cronologia, a pesquisa foi realizada em torno da questão fronteiriça entre Brasil e Paraguai, abrangendo o período colonial, em que essas tratativas se davam entre as metrópoles Portugal e Espanha, após o período colonial, onde como nações independentes, Brasil e Paraguai passam a discutir as questões limediras diretamente. Por fim, a Guerra contra o Paraguai encerra as discussões fronteiriças com relação ao sul do Mato Grosso, estabelecendo de maneira definitiva, a fronteira entre Brasil e Paraguai nessa região.

Sendo assim, esta publicação apresenta no seu primeiro capítulo como se davam as relações entre Portugal e Espanha ainda no início das Grandes Navegações, trazendo os tratados firmados entre os países ibéricos na tentativa de dividir as terras do Novo Mundo. As mudanças ocorridas em cada tratado, mostram o quanto era difícil o seu fiel cumprimento, principalmente por parte de Portugal.

No segundo capítulo traz a situação da Província do Mato Grosso no período que antecede a guerra, mostrando como a descoberta de ouro em Cuiabá torna a região alvo de interesse de portugueses e espanhóis. A criação de fortes e vilas visando proteger e desenvolver a região, os desdobramentos que levaram o Paraguai a declarar a guerra que envolveu além do Brasil, o Uruguai e a Argentina e as consequências da guerra para os envolvidos.

O terceiro capítulo as considerações finais, são apresentados os motivos que tornam a Guerra contra o Paraguai um acontecimento de grande importância para a definição das fronteiras no sul do Mato Grosso e a consolidação desse território no mapa do Brasil Imperial.

1. A relação entre Portugal e Espanha

O século XV foi marcado pelo pioneirismo português ao se lançar as grandes navegações, a conquista de Ceuta no continente africano em 1415, deu início ao período do apogeu do Reino de Portugal. A busca por novas rotas comerciais, especiarias e ouro, aliados a um acúmulo de conhecimentos náuticos e o implemento de novas tecnologias, possibilitou aos portugueses lançar-se ao mar e conseqüentemente expandir seus domínios.

Não por acaso, os portugueses sempre estiveram na vanguarda da expansão marítima, o Infante D. Henrique, foi um dos primeiros navegadores portugueses a se destacar nesse período. Foi um dos responsáveis pelos investimentos da coroa no aperfeiçoamento das técnicas de navegação, reunindo diversos especialistas envolvidos com as atividades náuticas, aperfeiçoando a construção de embarcações e os instrumentos de navegação.

A Espanha também teve seu protagonismo nas grandes navegações, mas diferente de Portugal, enfrentava conflitos internos para unificação de seu território, para somente aí buscar sua expansão. Após a expedição de Cristóvão Colombo atravessar o até então desconhecido oceano Atlântico e chegar nas Américas em 1492, levou a Espanha a um novo patamar entre os Estados Nacionais constituídos

até então. Vale destacar que apesar da magnitude deste feito, a Espanha não detinha os mesmos conhecimentos marítimos e tecnologias que Portugal, porém se valia dos conhecimentos de trabalhos de estrangeiros contratados pela coroa.

A chegada de Pedro Álvares Cabral em terras brasileiras em 1500, colocou Portugal definitivamente como grande protagonista na corrida expansionista, os países vizinhos na Península Ibérica agora tinham interesses comuns em terras ultramar. As relações diplomáticas entre as duas coroas se tornaram tensas durante o período de expansão colonial e várias foram as tentativas de regular os limites de territoriais de cada uma, o “Novo Mundo” ficou dividido como América Espanhola” e “América Portuguesa”.

1.1 O Tratado de Tordesilhas

Em 1494 foi assinado o Tratado de Tordesilhas, que traçava uma linha imaginária que definia a fronteira entre Portugal e Espanha no continente americano, ela passava a 370 léguas de Cabo Verde, o território a oeste da linha era posse espanhola e a leste posse portuguesa, porém Portugal nunca respeitou os limites no tratado, trazendo a necessidade de outros tratados. A colônia portuguesa (Brasil) começava em Belém, no Pará e descia em linha reta até Laguna em Santa Catarina. Ao longo do tempo com as expedições colonizadoras e busca por metais preciosos, esses limites imaginários foram desrespeitados, principalmente pelos portugueses que foram ganhando terreno cada vez mais a oeste.

Alguns dos primeiros mapas portugueses do início do século XVI mostram a linha de Tordesilhas colocando dentro dos territórios lusitanos tanto a foz do Amazonas, quanto a do Prata, denotando o interesse de Portugal sobre essas duas regiões (Oliveira, 2008, p. 29)

A descoberta de ouro entre 1718 e 1722 em Cuiabá e no Vale do Guaporé, despertou uma corrida do ouro nessa região, houve um grande deslocamento humano interessado na exploração aurífera, quando foram lançadas a bases para

a colonização e ocupação dessa região. A Coroa Portuguesa interessada em promover a manutenção e ampliação desse território, frente a possíveis anseios dos espanhóis, criou as capitanias de Goiás e Mato Grosso com o intuito de garantir a posse dessas terras.

De acordo com Brotton, “Tordesilhas é “um dos primeiros e mais arrogantes atos da geografia global imperial europeia [...] O mundo foi dividido em dois por dois reinos europeus, usando um mapa para anunciar as suas ambições globais”. (apud DUVE, 2017, p. 79, tradução nossa). Assim, percebe-se a intenção dos países ibéricos em monopolizar a exploração do “Novo Mundo”, ignorando as demais potências nacionais na época, que também tinham interesses nessa região.

Figura 1- Tratado de Tordesilhas



Fonte: <https://www.ige.unicamp.br/lehg/nos-tempos-das-caravelas-o-tratado-de-tordesilhas-de-1494>

1.2 O Tratado de Madri

Em 1750 Portugal e Espanha assinaram um novo tratado, o Tratado de Madri, assim os portugueses garantiram a posse das terras que os bandeirantes

paulistas conquistaram a oeste, isso fazia parte da reorganização político-territorial, implementada no reinado de D. João V. As fronteiras da província de Mato Grosso eram muito frágeis, devido à baixa densidade demográfica e a constante presença de jesuítas e tropas espanholas. “Segundo as instruções enviadas a D. Antônio Rolim de Moura Tavares, em 1749, ele deveria priorizar o povoamento e a militarização, principalmente, do distrito do Mato Grosso” (Chaves, 2014, p. 219)

O tratado reconheceu a posse definitiva das terras ocupadas pelos portugueses no oeste e no extremo sul. Em contrapartida, a coroa portuguesa passou a Colônia do Sacramento para a Espanha e essa cederia as terras dos Sete Povos da Missões, na margem leste do rio Uruguai a Portugal.

A coroa portuguesa procurava evitar a entrada e o trânsito dos espanhóis na província, almejava diminuir seu isolamento com relação ao restante da colônia e fazer sua integração territorial e econômica com o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Dentro do itinerário fluvial que faria a interligação dessas regiões, o plano era implementar núcleos de povoamento, com diversas atividades econômicas e comerciais.

Portugal e Espanha firmaram o compromisso de que o tratado seria cumprido fielmente, de modo que fossem respeitados os limites fronteiriços, mesmo estes não sendo muito claros ainda. Porém, esse não foi fim das divergências e desconfiança entre as duas coroas, os portugueses se apressaram para cada vez mais adentrar a região oeste e lançar núcleos de povoamento nas regiões do Estado do Grão-Pará e Maranhão e na capitania de Mato Grosso.

1.3 O Tratado de Santo Ildefonso

Divergências sobre os limites entre a América Espanhola e América Portuguesa não cessavam, cada vez mais os portugueses interiorizavam a colonização e invadiam as possessões espanholas. Numa tentativa de pôr fim a esse avanço e acabar com esse imbróglio em 1º de outubro de 1777, foi assinado o Tratado Preliminar de Paz e Limites assinado em Santo Ildefonso, esse tratado previa que os limites fronteiriços fossem estabelecidos por acidentes demográficos,

esses limites seriam definidos por uma equipe composta de cartógrafos e astrônomos luso-brasileiros.

Na região sul a localidade de Xuí, no Rio Grande do Sul, ficou com os portugueses enquanto a Colônia do Sacramento e os Sete Povos das Missões passaram definitivamente a pertencer à Espanha. Na região norte, as modificações chegaram a locais como o rio Japurá e o vale do Rio Negro, as comissões encarregadas de fazer o levantamento geográfico fizeram um mapeamento bem detalhado das regiões norte (Amazonas) e na região sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), apesar dessa preocupação na exatidão dos limites, muitos pontos ainda eram motivo de discordância.

O tratado de Santo Ildefonso, talvez sido a última tentativa diplomática de pôr fim ao conflito de interesses portugueses e espanhóis com relação a América do Sul. Os rios da bacia amazônica foram utilizados como limites naturais, os portugueses buscavam aproveitar a grande capilaridade dos rios dessa região para promover a colonização, o trânsito de mercadorias e pessoas, de acordo com Brito:

Para as autoridades portuguesas e luso-americanas o objetivo principal a ser atingido com as demarcações do Tratado de Santo Ildefonso continuava sendo o mesmo do Tratado de 1750, 'segurar o Estado', ou melhor, manter o território ocupado efetivamente pelas missões religiosas em nome da Coroa (2019, p. 112)

Os portugueses se valeram do princípio do *utis possidetis*, que assegurava o direito à posse da terra àquele que a estiver ocupando, para romper os limites impostos pelo Tratado de Santo Ildefonso e alargaram mais suas fronteiras. Assim o trabalho de Luiz de Albuquerque foi extremamente importante, pois a fundação de núcleos de povoamentos e fortificações militares garantiu a soberania portuguesa frente à Espanha.

2. A Província de Mato Grosso no contexto das fronteiras e dos tratados entre Portugal e Espanha

2.1 Cuiabá e a corrida do Ouro

Quando em 1718, a expedição de Pascoal Moreira Cabral encontrou pepitas de ouro nos barrancos do rio Coxipó- Mirim, essa região não era totalmente desconhecida pela Coroa Portuguesa. Datam de 1622 o trânsito de bandeirantes paulistas que buscavam pedras preciosas e índios, que chegaram até o rio Cuiabá, vindos de São Paulo, Sorocaba, Parnaíba e Itú. A descoberta criou a necessidade de se estabelecer ali um núcleo de povoamento, para que pudesse assegurar a exploração do ouro e a posse dessas terras.

Mas se estabelecer nesses “sertões”, se mostrava um desafio hercúleo naquela época, dadas as condições de acesso a província do Mato Grosso e hostilidade dos povos nativos. Conforme Holanda (1989, p. 44). “Os trabalhos eram extremamente penosos e a resistência dos índios, vinha agravar cada vez mais as condições do nascente arraial e seus moradores, já faltos de armas, pólvora e chumbo”.

Os paulistas chegavam ao Mato Grosso através deslocamento a pé, mas principalmente pela grande malha hidroviária da região, oriundos do rio Tietê, em suas guerras de apresamento. Ao utilizá-los como escravos e guias, os bandeirantes puderam se apropriar dos conhecimentos dos indígenas na construção de pequenas embarcações como batelões e canoas.

Com a descoberta do ouro, uma expedição liderada por Antônio Nunes Maciel regressa a São Paulo, para levar amostras do ouro, buscar novas ordens e principalmente conseguir ferramental, pólvora e provimentos, dada a escassez destes gêneros de primeira necessidade em Mato Grosso. Como era de se esperar a notícia da descoberta de ouro causa grande movimentação em São Paulo e Minas Gerais, logo organizaram-se monções bem estruturadas, trazendo vários tipos de artífices com ferreiros, carpinteiros, alfaiates com o objetivo de viabilizar o incipiente núcleo de povoamento.

Mas atingir o arraial do Coxipó, apesar da promessa de enriquecimento, era antes de tudo um teste de sobrevivência, a mortalidades dos aventureiros era muito alta, os riscos e perigos eram ignorados e muitos pagavam com a vida, houveram expedições em que todos morreram tentando alcançar aqueles rincões. Logo, a voraz exploração predatória fez com que o volume do ouro extraído se reduzisse e os garimpeiros buscaram outros veios na região.

A descoberta de ouro na região que hoje compreende a cidade de Cuiabá, ocorreu em 1722 e se deu de maneira um tanto inusitada conforme relatos da época, quando dois índios escravizados por Miguel Sutil, encontraram de maneira acidental várias pepitas de ouro na região conhecida como Córrego da Prainha. A notícia da descoberta logo espalhou, causando grande alvoroço na região e o esvaziamento do Arraial do Coxipó, agora todos os garimpeiros se dirigiam para as “Lavras do Sutil”.

As “Lavras do Sutil”, como ficaram conhecidas, representaram a maior descoberta aurífera até então e foram responsáveis pela migração à área onde se iniciou a urbanização de Cuiabá (Santos, 2018). O deslocamento em 1722 fez com que o antigo centro da vila, o Arraial da Forquilha, deixasse de existir em 1723. (Garcia e Bonfim, 2022, p. 5)

Uma explosão demográfica ocorre e as expedições oriundas de São Paulo não paravam de chegar nas Minas do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, ali se formou o principal núcleo de povoamento da região. Com o aumento repentino e inesperado da população, aliado ao emprego da maior parte dos escravos nas minas, as lavouras e criação de animais foram deixadas de lado, o que em dado momento fez com que não houvesse alimentos para todos os habitantes, gerando crises de fome.

Apesar desse início promissor, as minas cuiabanas eram muito grandes e com muito ouro na superfície, a maneira obsoleta da mineração, a carência de animais de carga e falta de ferramental adequado, fazia com que os custos fossem muito elevados e logo o ouro foi perdendo seu valor. Assim mesmo, a região de Cuiabá atraiu um grande contingente populacional, o que resultou no aumento da produção bovina, das lavouras e implantação da infraestrutura necessária para aquele povoado prosperar.

2.2 Fortes e Vilas

Em 13 de dezembro de 1775, por ordem de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, Capitão-general da capitania de Mato Grosso, foi construída em uma localização conhecida como Fecho dos Morros, o Forte de Coimbra. Essa fortificação se destinava não somente a dissuadir a ambição dos espanhóis, mas também para combater os ataques dos índios paiaguás, que dificultavam a colonização dessa região. Luiz de Albuquerque foi personagem muito importante para a garantia da posse dessas terras para os portugueses.

Em 1778, portanto, para completar a política de consolidação portuguesa, Luiz de Albuquerque fundou estrategicamente as povoações de Albuquerque (Corumbá) e Vila Maria do Paraguai (Cáceres) acompanhando padrões planejados de urbanização (paisagismo, quartéis, igrejas, ruas e alamedas uniformes) idealizados pelos administradores lusos. Cinco anos depois (1783) Luiz de Albuquerque criou também a Povoação Regular de Casal Vasco (1783) ao sul de Vila Bela de Santíssima Trindade, entendido por Luiz de Albuquerque como lugar perfeito para garantir o espaço luso, pois ali se assentavam dois rios primordiais pertencentes à bacia do Paraguai e do Amazonas: Aguapei e Alegre” (Brazil, 2014, p. 145).

A necessidade de consolidação da ocupação portuguesa no território fez com que em 1778, Luiz de Albuquerque, fundasse a povoação de Vila Maria do Paraguai (atual Cáceres). Assegurando a Portugal a posse de importante trecho do Rio Paraguai, mas além de garantir a povoação era primordial a defesa dessa região estratégica para os interesses lusitanos, a construção de fortificações e criação de contingentes militares foi a linha de ação adotada.

A nova povoação de Vila Maria estava a meio caminho da estrada que ligava Vila Bela (a capital de então) a Cuiabá (a vila mais povoada), e a cerca de setenta quilômetros, rio Paraguai acima, do antigo Marco do Jaurú, que estabelecia os limites entre os territórios coloniais português e espanhol na América, definidos pelo Tratado de Madri, de 1750” (Garcia, 2014, p.70).

Os bandeirantes paulistas foram instrumento importante para a política expansionista portuguesa, a busca por ouro e posteriormente por índios, fez com

que as fronteiras com a América espanhola fossem violadas. Assim a ocupação desse território começava de fato a ser efetivada e acirradas as rivalidades entre portugueses e espanhóis.

O isolamento dessa região com relação à metrópole colonial se dava por fatores como a distância, a dificuldade de acesso e aos povos indígenas hostis, que constituíam grandes obstáculos principalmente por terem o controle dos rios. A descoberta do ouro tornou a região o novo Eldorado, tanto que tais dificuldades deixaram de se constituir em empecilhos para as expedições que se deslocaram para o oeste em busca do ouro.

De São Paulo a Cuiabá os viajantes deparavam-se com vários grupos étnicos nativos, os “senhores dos rios”, para utilizar uma feliz expressão da época, os quais interagiam ativamente com os adventícios, seja oferecendo aliança política contra grupos hostis, seja praticando hostilidades abertamente de defesa de seus territórios (Carvalho, 2005, p. 80)

As monções eram viagens muito desgastantes e arriscadas, explorar esses sertões desconhecidos era uma aventura muito onerosa. Saindo de São Paulo o itinerário passava pelos rios Tietê, Paraná, Pardo, Coxim, Taquari, Paraguai, São Lourenço e por fim Cuiabá, esse trajeto incluía trechos de difícil navegabilidade, o que fazia com que essas viagens demorassem mais e tivesse sua capacidade de carga reduzida.

2.3 A navegação na bacia platina

Composta pelos rios Paraná, Uruguai e Paraguai, além de seus afluentes, esta importante bacia hidrográfica, abrange os territórios da Argentina, Uruguai, Brasil, Paraguai e Bolívia. A grande navegabilidade destes rios, permitiu o fluxo de mercadorias e pessoas desde o período colonial.

O itinerário fluvial desta bacia partia de Montevidéu, passando por Buenos Aires, chegando à região de Corumbá e Assunção, além dar acesso aos rios da região amazônica. A livre navegação nesses rios, facilitou o povoamento e

progresso das regiões banhadas por eles e a integração das colônias espanholas e portuguesas.

“A estratégia do Estado imperial em relação a Mato Grosso era clara: atuar politicamente, diplomaticamente e militarmente de forma a liberar a navegação pelos rios do Prata, para permitir o acesso rápido àquela província e a toda a fronteira oeste” (Garcia, 2009, p. 4).

A bacia platina, por sua localização geográfica, situa-se no coração da América do Sul, em uma região reivindicada por portugueses e espanhóis, logo o fluxo de estrangeiros e nativos sempre foi uma constante nessa localidade. No caso do Mato Grosso a navegação na bacia do Prata representou uma via de comunicação com as demais colônias espanholas, tendo em vista o isolamento com relação ao restante do país, as expedições fluviais e terrestres vindas de São Paulo e Rio de Janeiro, eram muito desgastantes e envolviam muitos riscos.

O caminho terrestre, que ligava Mato Grosso a Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, também era longo, precário e oneroso. Geralmente, as viagens eram feitas em tropas de mulas, representativas do movimento comercial da Província, o que encarecia demasiadamente as mercadorias importadas, manufaturadas e outros gêneros de primeira necessidade que abasteciam a região. Essa realidade dificultava, também, o escoamento de matérias-primas produzidas em terras mato-grossenses, pois as viagens dessas tropas chegavam a durar cerca de seis meses. Esse trajeto vigorou até a abertura da navegação no rio Paraguai, ocorrida na segunda metade do século XIX, utilizando a via fluvial na Bacia do Prata, de Cuiabá ao Rio de Janeiro, esta viagem passou a ser realizada em um período de vinte ou trinta dias. (Gomes, 2018, p. 26)

Denota-se a importância da bacia platina para o povoamento e desenvolvimento do Mato Grosso, a livre navegação era essencial para sua existência, o comércio e abastecimento da região, em sua maior parte provinha das trocas com os países do Prata.

2.4 O Rio Paraguai

Esse importante rio da Bacia do Prata, constituiu teve um grande protagonismo nas disputas entre portugueses e espanhóis e posteriormente entre brasileiros e paraguaios. O Rio Paraguai nasce na Chapada dos Parecis no Mato Grosso, desce pelo Mato Grosso do Sul, percorrendo um trajeto de cerca de 2.621 Km até sua foz, no rio Paraná, e em um pequeno trecho é o marco fronteiro entre Brasil e Bolívia.

Ele era um elemento central para garantir a posse das terras, além de dar acesso aos mais longínquos sertões e a terras mais distantes, ao longo dos anos a navegação no Rio da Prata, através dos rios Paraná, Paraguai e São Lourenço, tornou-se importante para o fluxo de pessoas e mercadorias. Era a forma mais rápida e econômica de acessar o Mato Grosso, o Império Brasileiro via nessa rota a possibilidade de levar o progresso para a região.

A partir do século XVIII várias cidades foram surgindo ao longo das margens desses rios, a chegada da navegação acelerou ainda mais a exploração dos rios interiores e possibilitou o transporte de cargas cada vez maiores. Esse aquecimento das atividades comerciais, fez com que as manufaturas inglesas começassem a chegar nas cidades banhadas pela bacia do Prata.

Como Corumbá era, à época, um núcleo urbano de pouca expressão na vida nacional, o império brasileiro teria que torná-la apta para usufruir das vantagens proporcionadas pelo precioso rio. A Mesa de Rendas foi criada em Corumbá para receber, em seu porto, “além dos batelões utilizados nas viagens ao Forte de Coimbra, também as embarcações provenientes do Rio da Prata. Rapidamente a cidade de Corumbá se viu preparada para servir de empório comercial à vasta clientela que se encontrava distantes dos centros comerciais litorâneos. Irradiava-se o comércio para o norte e o leste de Mato Grosso através dos vários tributários da considerável rede hidrográfica do Paraguai, em amplo arqueamento que abrangia a porção mais povoada da província. (Cuiabá, Cáceres e Vila Rica) (Brazil, 2014, p. 176)

A livre navegação era necessária para que os portugueses desenvolvessem os povoados novos, a colonização e desenvolvimento do Mato Grosso dependiam

do transporte fluvial, aos poucos os estrangeiros começaram a chegar em cidades como Corumbá, Cáceres e Cuiabá. O porto de Corumbá começou a ter um certo protagonismo na região, servindo de entreposto para a chegada de mercadorias importadas.

2.5 Acirramento das relações entre Brasil e Paraguai

No início do século XIX os países sul-americanos começaram o tornar-se independentes de Portugal e Espanha, a tensão que antes se limitava aos dois países da península Ibérica, tornaram-se disputas regionais. O Brasil tornou-se independente em 1822 e foi primeiro país a reconhecer a independência do Paraguai em 1842, as relações entre os países recém libertos do domínio colonial desde o início eram tensas, eles haviam herdado questões mal resolvidas entre Espanha e Portugal.

A necessidade de consolidação dessas jovens nações tornava a América do Sul um barril de pólvora, os litígios envolvendo territórios mais do que nunca ganharam força. O Império Brasileiro buscava a hegemonia no âmbito continental, para isso continuou a política expansionista portuguesa, intervindo nos países vizinhos sempre que seus interesses fossem prejudicados, o que não era bem aceito pelas outras nações.

A Guerra da Cisplatina em 1825 opôs o Brasil e a Argentina em disputa pela região do atual Uruguai, as relações entre essas duas nações sempre foram tensas, pois elas disputavam a hegemonia na região. A Argentina tinha o intuito de anexar o Paraguai e Uruguai ao seu território, trazendo novamente o Vice Reino do Rio da Prata. As relações entre os governantes eram muito voláteis, alianças eram feitas e desfeitas com muita frequência.

O Paraguai foi governado pela ditadura de José Gaspar Rodrigues de Francia de 1817 a 1840, período em que optou pelo isolamento de seu país como forma de preservá-lo da sua conturbada vizinhança. Com sua morte em 1840 assume o poder Carlos Antônio Lopes, que tinha um plano de governo oposto ao seu antecessor, ele inseriu o país nas relações comerciais platinas e começou a

impor limites à navegação no Rio Paraguai, já que contestava as terras ao sul de Mato Grosso para o Paraguai.

Com a proibição a livre navegação em seus domínios as relações entre Brasil e Paraguai ficaram tensas, porém Carlos Lopes sempre se utilizava da diplomacia para contornar os frequentes desentendimentos e evitar um possível confronto, de acordo com Rodrigues:

No final dos anos de 1840, Carlos López havia enviado até a Corte do Império um agente paraguaio para tentar amenizar a tensa situação que se agravava na fronteira. López tentava eliminar a possibilidade de confronto entre as partes. (2016, p. 31)

A morte de Carlos Lopes em 1862 levou ao poder seu filho, Francisco Solano López, o que trouxe mais instabilidade política para a região do Prata. López tinha uma postura mais agressiva e buscou integrar ainda mais o Paraguai ao comércio exterior, para isso era de fundamental importância o acesso ao mar através do Porto de Montevideú, o que tornava o Uruguai uma zona de interesse do Paraguai. A modernização das forças armadas do Paraguai era um sinal de alerta para os países vizinhos, mas López também queria a chegada de capital estrangeiro para a promoção do crescimento que ele almejava para seu país.

A política externa brasileira era um fator de instabilidade, “desde o início do século XIX, o Brasil interferia constantemente nas regiões vizinhas; essa política intervencionista estava ligada aos interesses de defesa do território imperial e à intimidação de possíveis ameaças de seus vizinhos” (Rodrigues, 2016, p. 35). Única monarquia na região, o Brasil era visto ainda, como um representante do expansionismo português e com receio pelos países da região do Prata.

Podemos citar como intervenções brasileiras: A Anexação do Uruguai (1816), a Guerra da Cisplatina (1826), Campanha contra Rosas e Oribe (1852) e a Intervenção no Uruguai (1864). Tantas ações num curto período de tempo nos dão a dimensão do clima instável entre os países platinos, mesmo quando não ocorria uma intervenção direta, havia o apoio externo a oposição para derrubar o governo vigente.

As relações brasileiras com o Paraguai ficaram ainda mais delicadas com a intervenção brasileira no Uruguai em 1864, que destituiu o governo do partido Blanco, que tinha uma política antibrasileira e coloca no poder Venâncio Flores, do partido Colorado. Para Solano López isso foi uma grande ofensa e considerada uma grave violação dos interesses paraguaios no Uruguai, nem a diplomacia seria capaz de contornar tal situação, estavam criadas as condições para um conflito bélico.

2.6 A invasão do Mato Grosso

No dia 11 de novembro de 1864, o vapor Marquês de Olinda que transportava além de carga, o novo governador da província de Mato Grosso, Coronel Carneiro de Campos, foi aprisionado no Porto de Assunção. Era o começo das retaliações do governo paraguaio contra o império brasileiro, após protestos brasileiros a embarcação foi liberada, porém o Coronel Carneiro de Campos e demais oficiais que o acompanhavam foram feitos prisioneiros, tanto o Brasil quanto o Paraguai não tinham declarado guerra, mas ambos já se preparavam para isso, principalmente o Paraguai.

A província de Mato Grosso por fazer parte da fronteira com áreas em litígio com o governo paraguaio e por ser precariamente guardada pelas forças imperiais, foi invadida em 26 de dezembro de 1864, quando uma expedição chega ao Forte Coimbra. O governo paraguaio fez um minucioso trabalho de inteligência anterior a sua ação militar, era sabido pelas forças guaranis a debilidade da defesa no Mato Grosso.

O Teatro de Operações no Mato Grosso, por sua condição secundária no contexto da guerra, quase não é mencionado nas diversas publicações sobre este acontecimento histórico. Nenhuma das grandes batalhas aconteceu nesse território e as ações ocorridas nele não interferiram no resultado da guerra, porém em sua obra Maldita Guerra, Francisco Doratioto dedica um capítulo inteiro para descrever a situação de abandono e descaso do governo imperial com a província de Mato Grosso.

Solano Lopez tinha razões para crer na inferioridade militar do Império em relação ao Paraguai. A própria intervenção brasileira no Uruguai, planejada pelo governo imperial para ser uma prova de força, constituiu-se em demonstração de fraqueza, devido a dificuldade e a demora em mobilizar a tropa (Doratioto, 2002, p. 69)

O Forte Coimbra que era comandado pelo capitão Benedito de Faria, que não se rendeu ao ultimato paraguaio, que com cerca de 750 homens iniciou o ataque, a defesa do forte contava com aproximadamente 115 homens e dezessete canhões. A infantaria paraguaia avançou pelo por desfiladeiro, que era o único caminho possível, os paraguaios tiveram cerca de 220 baixas, o que conteve ímpeto do ataque, os brasileiros temendo não resistir, organizaram sua retirada do forte, utilizando-se de do vapor Anhambaí.

Mato Grossenses: A injustificável ameaça do Governo da Republica do Paraguay feita ao Imperio em sua nota diplomatica de Agosto proximo passado está consumada. No dia 27 de Dezembro findo uma expedição Paraguaya, composta de numerosos navios a vapor e a vela Com cerca de 5000 homens, accommetteu o forte de Coimbra e intimou ao Commandante o Tenente Coronel Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero, a sua entrega dentro do praso de uma hora, sob pena de romper o fogo para conseguil-o á viva força, ficando em ytal caso a guarnição sujeita á sorte das armas. (Trecho do Relatório de 1865, do Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, Presidente da Província de Mato Grosso, p. 27)

Soldados, mulheres, crianças e índios são evacuados e se reagruparam em Corumbá, o Forte Coimbra é tomado pelos paraguaios que se apossam de seus armamento e munições. O Brasil cedia sem muita resistência um ponto estratégico muito importante no teatro de operações, em Corumbá que era um importante entreposto comercial, haviam importantes instalações como armazéns, depósitos e paióis, somados a mais soldados, o que poderia ajudar na resistência e expulsão das forças invasoras.

Por ordem de do Coronel Carlos Augusto de Oliveira, Corumbá também foi evacuada, dada a superioridade numérica do adversário, não se esperou a chegada da tropa paraguaia, os brasileiros entre militares e civis fugiram através de embarcações com destino a Cuiabá, a embarcações não sendo suficientes, muitos

tiveram que fugir através do pantanal, numa desgastante jornada, liderados pelo Tenente João de Oliveira Melo, que antes de partir retornou a Corumbá para destruir armamentos e munições que poderiam ser apropriados pelos paraguaios.

Os fugitivos internaram-se pelos banhados do São Lourenço, sob a chefia do Tenente Melo, realizando a tremenda travessia rumo a Cuiabá. Acossados, os retirantes venceram uma marcha superior a cem léguas entre pantanais permeados de corixos, vazantes e baías. Foram quatros meses de marcha embaixo de chuvas incessantes, fenômenos habituais entre janeiro a abril. Enfim, a expedição conseguiu alcançar o Coxipó da Ponte, salvando 230 praças e 248 civis, entre velhos, mulheres e crianças. (Brazil, 2014, p. 188)

As tropas paraguaias seguiram sua marcha através do sul de Mato Grosso, além do deslocamento fluvial, tropas á pé também progrediram ganhando terreno sem encontrar muita resistência, ocuparam cidades como Nioaque, Miranda e Dourados. As dificuldades do governo Imperial dar uma resposta imediata esbarrava em muitos fatores, como o isolamento do Mato Grosso, agora mais potencializado pela impossibilidade de navegação pelo Rio Paraguai, a escassez de efetivos militares, que além de dispersas em no Mato Grosso, eram insuficientes e a dificuldade de recrutamento.

Em 1865 houve uma frustrada tentativa de responder a agressão paraguaia, foi enviado um contingente militar que partindo do Rio de Janeiro deveria alcançar o Mato Grosso através deslocamento terrestre, esse efetivo foi reforçado por mais homens da região de Uberaba. A coluna liderada pelo Coronel Manoel Pereira Drago deveria marchar 2.000 quilômetros, ao longo do caminho esses soldados sofreram das mais variadas moléstias, quando chegou no Rio Apa na fronteira com o Paraguai, cerca de um terço dos soldados tinham perecido no caminho, os que restaram estavam famintos, doentes e sem condições de combate.

Figura 2- Movimento das tropas invasoras



Fonte: <http://nioaquehistorias.blogspot.com> (2016)

Mesmo em condições tão desfavoráveis, ao assumir o comando da coluna o Coronel Carlos de Moraes Camisão decidiu invadir o território paraguaio e ao ir cada vez mais para o interior do território inimigo via as dificuldades aumentarem, os paraguaios recuaram e devastaram tudo que poderia ser utilizado pelas tropas brasileiras, a fome, a cólera e outras doenças causaram grande mortalidade entre os brasileiros.

Ao chegar na localidade denominada fazenda Laguna, as tropas brasileiras estavam sem condições de combate e sem víveres para prosseguir, Camisão determina retirada imediata rumo às terras brasileiras. Começa então uma implacável perseguição, onde os obstinados paraguaios atacavam incessantemente os brasileiros, que famintos e doentes pouco podiam fazer, o fim

dessa desastrosa campanha termina quando os sobreviventes alcançaram as margens do rio Aquidauana, esse episódio ficou conhecido como a Retirada da Laguna.

2.7 A Tríplice Aliança

O plano de Solano López de atacar o Brasil pelo Rio Grande do Sul, visando socorrer os blancos no Uruguai, esbarrava na autorização argentina para que suas tropas atravessassem a província de Corrientes, o presidente Bartolomeu Mitre buscando se manter neutro no conflito, negou permissão a López. O Paraguai interpretou isso como uma agressão e declarou guerra contra a Argentina, invadiu a província de Corrientes em 13 de abril de 1865, o ataque surpreendeu os argentinos que tiveram embarcações e militares capturados, logo a cidade foi tomada pelos paraguaios com aproximadamente 20 mil homens.

Ao atacar a Argentina, López acaba abrindo mais uma frente de batalha e isso acaba gerando uma aproximação entre Brasil e Argentina, países que brigavam pela hegemonia na região, a esses dois países junta-se o Uruguai, governado pelo partido colorado, essa união ficou conhecida como Tríplice Aliança. O objetivo dessa aliança era deter o avanço das tropas de Solano López e trazer estabilidade política a região platina.

Com a entrada de Uruguai e Argentina na guerra a situação paraguaia começa a mudar, as tropas aliadas sob comando de Mitre, impuseram pesadas baixas ao exército paraguaio em Corrientes na Argentina e no Rio Grande do Sul. Superando a expectativa de todos, a campanha se arrastava e parecia muito longe do fim. As principais batalhas podemos citar: A Batalha Naval de Riachuelo (1865), a Batalha de Curupaiti (1866), a Batalha de Tuiuti (1866), a Tomada de Humaitá (1868) e a Invasão de Assunção (1869).

Com suas tropas derrotadas no Brasil e na Argentina, o exército paraguaio começa a voltar para seu país, visando a defesa de seu território. O Mato Grosso esteve ocupado pelo exército guarani de 1864 a 1868, não houve por parte do imperador D. Pedro II grande interesse em expulsar os invasores, a população

mato-grossense ficou à mercê da própria sorte, os paraguaios não foram expulsos por tropas brasileiras, na verdade reagruparam suas forças para tentar se defender da iminente invasão aliada. Segundo Rodrigues:

Após os consecutivos fracassos brasileiros de tentar expulsar os invasores da fronteira oeste, os paraguaios permanecerem na região do Baixo Paraguai até o ano de 1868, quando tiveram que retornar a Assunción, pois a situação no Paraguai se agravara. A Tríplice Aliança, por meio do rio Paraguai, e também por frente terrestre, passou pela fortaleza de Humaitá e chegar a Assunción, seria questão de tempo. É importante ressaltar, que os paraguaios permaneceram em Mato Grosso o tempo que julgaram necessário, e somente deixaram a região quando a frente sul havia caído em 1868, exigindo o regresso das tropas que estavam em Mato Grosso para defender o Paraguai. (2016, p. 94)

As forças aliadas chegaram ao Paraguai e em 1869 tomaram a capital Assunção, com a maioria da população masculina adulta morta, o exército paraguaio não conseguia mais conter o avanço das tropas aliadas, a resistência paraguaia começa a ser feita por velhos, mulheres e crianças, que armados com paus e pedras são massacrados. Caxias acreditando que guerra havia terminado, deixa o comando das forças brasileiras, para D. Pedro II o conflito só terminaria com a captura de Solano López, assim, Conde d'Eu assume o comando das tropas brasileiras.

Para D. Pedro II não bastava derrotar o exército paraguaio e sim capturar Solano López, assim foi iniciada uma caçada ao ditador paraguaio, que foi morto na localidade de Cero Corá em março de 1870. Esse fato marca o fim do maior conflito bélico da história da América Latina

2.8 Consequências da guerra

Os países envolvidos no conflito, além das perdas humanas, aumentaram muito sua dívida externa, Brasil e Paraguai foram os mais afetados, sendo a nação paraguaia derrotada no conflito, seus prejuízos foram ainda maiores. O Paraguai teve uma grande parte de sua população morta durante a guerra, as fontes são

muito divergentes, mas estima-se que aproximadamente 150 mil paraguaios perderam a vida no conflito, a maior parte da sua população adulta masculina.

Economicamente o Paraguai perdeu a maior parte de sua força produtiva, as poucas indústrias existentes foram destruídas, restando a população a agricultura de subsistência. A sua população se resumia a mulheres e crianças, os poucos homens adultos que sobraram eram doentes ou mutilados na guerra, seu exército foi totalmente desmantelado.

O Império do Brasil, entre os aliados, foi o que mais perdeu vidas humanas, em torno de 50 mil, os esforços de guerra fizeram com que o Império recorresse a bancos ingleses para custear as tropas brasileiras, o resultado foi um aumento significativo da dívida externa. O Exército se estabeleceu como instituição, conseguiu devido aos investimentos, uma considerável modernização e os militares voltaram do conflito com muito prestígio e reivindicando um protagonismo político.

O governo imperial saiu da guerra com sua popularidade em baixa, as tropas brasileiras tiveram contato com ideia republicanas no conflito, o Brasil era a única monarquia na região. O cenário político foi se tornando desfavorável para D. Pedro II, o surgimento de novas forças políticas como o Exército e elites civis, foram aos poucos minando a monarquia.

Figura 3- Mapa definitivo



Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51693818>

O Paraguai foi governado por um governo provisório, que derrotado teve que aceitar todas as imposições dos aliados, que incluíam pesadas indenizações e a cessão de territórios para o Brasil e a Argentina. A diplomacia brasileira foi muito atuante nos últimos anos da guerra e nos posteriores, agindo de maneira a obter vantagens para o governo imperial, o Tratado de 9 de janeiro de 1872, pôs fim a questões fronteiriças entre Brasil e Paraguai. Os diplomatas brasileiros ainda frustraram os planos argentinos de anexar grande parte do território paraguaio, havia um receio de que num futuro ocorresse um conflito entre Brasil e Argentina.

Rompendo com a determinação do Tratado da Tríplice Aliança, o Império representado pelo barão de Cotegipe, assinou a paz com o Paraguai, em Assunção, em janeiro de 1872. Estabeleceu-se a fronteira entre os dois países no rio Apa e o governo imperial desconsiderou o rio Igurei marco fronteiro, como constava no Tratado. Assim, decidiu-se que toda a margem direita do rio Paraná, de Sete Quedas para baixo, pertencesse ao Paraguai e desse ponto para cima fosse do Brasil. A fronteira brasileiro-paraguaia, definida em 1872, era a que Paranhos propusera a Carlos Lopez na década

de 1850 e que Portugal disputara com a Espanha no século XVIII. (Doratioto, 2002, p. 464)

Assim, resolveram as questões fronteiriças, o Brasil traçava os contornos definitivos do seu território, o patriotismo, tão evocado no período da guerra, não era genuíno na população brasileira. Não havia a noção de unidade nacional e defender terras tão longínquas no Mato Grosso, não despertava interesse no povo, porém a vitória na guerra deu um impulso no sentimento de nacionalismo e consolidou a unidade nacional.

3. Considerações finais

As questões limítrofes na região oeste brasileira remontam ao período colonial, quando Portugal e Espanha dividiam o território da América do Sul, com suas diferentes políticas de exploração e ocupação das suas colônias buscavam auferir vantagens ou mesmo impedir que o outro aumentasse ainda mais seus territórios. Os Tratados de Tordesilhas, Tratado de Madri e de Santo Ildefonso são tentativas de que chegar a um acordo e limitar suas áreas de exploração.

A interiorização da colonização nas terras brasileiras, levou os portugueses cada vez mais a oeste, chegando muitas das vezes as possessões espanholas, os bandeirantes tiveram grande importância nesse “alargamento” do Brasil Colonial. O *uti possidetis* foi instrumento que os portugueses utilizaram para legitimar e justificar a ocupação de territórios reclamados pelos espanhóis.

Com a independência dos países sul-americanos a partir do século XIX, surgem novos atores em torno dessas questões fronteiriças, saem Portugal e Espanha, entram Brasil e Paraguai. As relações diplomáticas entre as jovens nações da região eram muito tensas, buscando sua consolidação enquanto nações soberanas, haviam muitas divergências políticas e econômicas entre esses países, a instabilidade da região do Prata ainda tinha a Argentina e o Uruguai.

As relações entre Brasil e Paraguai durante ditadura de Francia eram quase inexistentes, devido ao isolacionismo do paraguaio, com a ascensão de Carlos Lopes ao poder, os dois países começavam a fazer acordos comerciais e de livre navegação, haviam divergências quanto a territórios, mas sempre foram relegadas a segundo plano. Quando Solano López assumiu a presidência do Paraguai, sua intenção de integrar seu país ao comércio da região do Prata, foi de encontro a agressiva política externa brasileira, que buscava a hegemonia do Brasil na região.

Quando Solano López invade o Mato Grosso e depois Corrientes, estava iniciado um conflito de grandes proporções que envolveu as nações da Bacia do Prata, a Guerra do Paraguai durou de 1864 a 1870 e resultou em muitas perdas humanas e gastos militares acima da capacidade dos países envolvidos. A derrota do Paraguai, terminou com o país totalmente devastado pelas ações aliadas em seu território e tendo ele que arcar com todas as despesas financeiras dos vencedores.

Mais do que isso com o Brasil sendo um dos vencedores, prevaleceu sua posição quanto a definição dos limites na fronteira com o Paraguai, que ainda perdeu territórios para a Argentina. Se num passado recente, a fronteira entre Brasil e Paraguai nunca foi de fato estabelecida em comum acordo, após a guerra, ao derrotado Paraguai não restou alternativa a ser aceitar as condições e limites impostos pelos brasileiros.

Após ao fim da guerra buscando garantir a soberania e posse definitiva da fronteira oeste, o governo brasileiro viu a necessidade da ocupação urgente de Mato Grosso, a presença militar, que antes do conflito era precária, foi uma das maiores preocupações, quando grandes contingentes militares foram deslocados para a província. Assegurada a livre navegação do Rio Paraguai através do Prata, o sul de Mato Grosso experimenta um considerável crescimento econômico e populacional, o governo busca integrar mais essa região ao restante do país, a ocupação paraguaia fez com que fossem visíveis as dificuldades logísticas para chegada de pessoas e gêneros por via terrestre.

A Guerra da Tríplice Aliança foi muito importante para a definição da fronteira no sul do Mato Grosso, configurando-a como hoje a conhecemos e chamando a atenção do governo brasileiro para a necessidade do desenvolvimento do Mato Grosso. Na região sul do Mato Grosso prevaleceu a posição brasileira, que considerava o Rio Apa como marco fronteiro, para os paraguaios era o Rio Branco, porém derrotados, perderam partes do seu território para a Argentina e Brasil (figura 3).

Vários foram os fatores que motivaram a guerra, se a fronteira entre Brasil e Paraguai não foi o motivo ensejador, essa questão que seguia indefinida e sempre deixada para uma segunda oportunidade, haveria de ser discutida com certa urgência nos anos seguintes. A navegação na bacia platina propiciou a província de Mato Grosso mitigar o isolamento econômico e comercial que a assolava, com isso estabelecer os limites das jovens nações era necessário para que os governos implementassem políticas para povoamento e desenvolvimento da região.

Ao sair vitorioso, o Império do Brasil fez prevalecer sua posição com relação a questão territorial, sendo que o Paraguai totalmente arrasado no pós-guerra, não estava condições de contestar suas perdas. A região sul do Mato Grosso, que foi ocupada pelas tropas paraguaias, onde ficava a área em litígio, ficou estabelecida nos termos brasileiros.

O Acordo de Paz de 1872 estabeleceu um ponto final numa disputa que remonta ao período das Grandes Navegações, Portugal e Espanha firmaram diversos tratados que foram pouco efetivos na resolução deste problema. Brasil e Paraguai ao se tornarem nações independentes, herdaram essa contenda e ela não foi resolvida através da diplomacia, foi uma das consequências de derrota dos paraguaios.

A guerra escancarou o abandono da província do Mato Grosso e a necessidade de seu povoamento, a adoção do Rio Apa como marco fronteiro deu a população do sul do Mato Grosso o sentimento de pertencimento, de fazer parte

do Império do Brasil, mesmo que tão distante do Rio de Janeiro e fortaleceu a unidade nacional.

REFERÊNCIAS

BRAZIL, Maria do Carmo. Reconhecimento do extremo Oeste brasileiro. In: _____. *Rio Paraguai o ,mar interno“ brasileiro*. Campo Grande, Ed. da UFMS, 2014. p. 107-165.

BRITO, Adilson Junior Ishihara. Domar as águas e os sertões da fronteira intra-americana: a centralidade dos caminhos fluviais nas disputas luso-espanholas do Tratado de Santo Ildefonso. *Revista Brasileira de História*, vol. 39, no 82 • pp. 107-129. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/mRvkj3vrxs6BfkGNy3QJP8J/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 27 de outubro de 2023

CHAVES, Otávio Ribeiro. América Portuguesa, do Tratado de Madri ao Tratado de Santo Ildefonso. *Revista Territórios e Fronteira*, v. 7, n 2, p. 219-234, jul-dez, 2014, Cuiabá.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes. Os “senhores dos rios” e as suas alianças: um estudo sobre as fronteiras e as trocas culturais no movimento das Monções. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 6, n. 1, p. 81-94, jan./jun. 2005.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Sao Paulo, Companhia das Letras, 2002.

DUVE, Thomas. El Tratado de Tordesillas: Una revolución espacial? *Revolucion espacial cosmografía, prácticas jurídicas y la historia del derecho internacional público*. *Revista de Historia del Derecho* N° 54, julio-diciembre 2017 - Versión on-line ISSN: 1853-1784 Instituto de investigaciones de Historia del Derecho - Buenos Aires (Argentina) http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_serial&pid=1853-1784&lng=es&nrm=iso Sección Investigaciones [pp. 77-107

FARIA, Maria Dulce de. OLIVEIRA, Uilton dos Santos. A Coleção Cartográfica do Tratado de Santo Ildefonso na Biblioteca Nacional. 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Pg 86-95. Belo Horizonte, 2016. Disponível em https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio2016/pdf/7MariaDulceFaria-UiltonOliveira_3SBCH.pdf

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. Uma fronteira aberta: A fronteira oeste do Brasil na era dos Impérios. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História - Fortaleza, 2009

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. História e Fronteira. Cáceres, 2014. Ed. UNEMAT. Disponível em http://unemat.br>história_e_fronteira

GARCIA, Pedro Maciel de Paula. BONFIM, Carolina Santos. A mineração e os limites geográficos na colonização de Cuiabá e Mato Grosso. Terræ Didática, 18 (Publ. Contínua), 1-16, e022029. doi: 10.20396/td.v18i00.8670731. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/td/article/view/8670731/30312>. Acesso em 10 de outubro de 2023.

GOMES, Cristiane Thais do Amaral Cersozimo. Mato Grosso: imigração, comércio e navegação na Bacia do Prata. EdUFMT, Cuiabá, 2018. Disponível em https://www.caesp.com.br/libwww/colegios/uploads/uploadsMateriais/22032023151250Nova_Historia_do_Mato_Grosso_Contemporan.pdf#page=19. Acesso em 20 de outubro de 2023.

HOLANDA, Sérgio B. de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 43-65.

OLIVEIRA, Marcio Gimenes de. A Fronteira Brasil- Paraguai: Principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2687>. Acesso em 15 NOV 21.

Relatório 1865. Provincial Presidential Reports: Mato Grosso.doraDisponível em: http://ddsnex.crl.edu/titles/170?terms&item_id=3686#?c=4&m=35&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1142%2C-137%2C3866%2C2727. Acesso em 14 de agosto de 2023.

RODRIGUES, Fabian Diego de Castro. Uma tragédia anunciada: A invasão da fronteira oeste do império do Brasil na Guerra do Paraguai (1850-1870). UFMT. 2016, Cuiabá. Disponível em <https://ri.ufmt.br/handle/1/1396>. Acesso em 9 de outubro de 2023

ROSA, Ananda Soares. GHIRARDELLO, Nilson. CONSTANTINO, Norma Regina Trupell. Os rios na ocupação territorial de Mato Grosso do Sul: a influência da paisagem do “Sertão” no processo de assenhoreamento da porção leste do Estado. III Simpósio Brasileiro On Line de Gestão Urbana. 2019. Disponível em <https://www.eventoanap.org.br/data/inscricoes/4993/form2855181218.pdf>